

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Chuva intensa repõe nível de reservatórios nas hidrelétricas	3
Título: Energia vai continuar mais barata	6
Título: Gás natural e a transição energética	6
Título: TST obriga petroleiros a manter 90% do efetivo durante paralisação...	9
Título: Indústria confirma fraqueza e fecha 2019 com queda de 1,1%	10
Título: Queda do Brent mantém pressão por novos reajustes da Petrobras..	13
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	15
Título: Exportação e indústria estão com vírus.	15
Título: Painel S.A.	17
Título: Petrobras é cliente de auditora do BNDES alvo de Bolsonaro	17
Título: Gasolina cai 7% na refinaria e apenas 0,3% nos postos	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Braskem no Novo Mercado é porta de saída da Petrobrás	21
Título: Direto da fonte	24
Título: O desafio é reindustrializar	24
Título: Coronavírus, a China e o mundo	26
Título: Eletrobrás gasta com ‘carvão fantasma’	28
VEÍCULO: O Globo	30
Título: Governo deve zerar imposto para caminhão a gás	30
Título: A cruz da Vale	32
Título: Coronavírus afeta negócios até mesmo fora da China	32

Título: Crítica de Bolsonaro a ICMS é ‘gota d’água’ para governadores	34
Título: Retração da indústria	36
VEÍCULO: Correio Braziliense	38
Título: BNDES vende R\$ 23 bi em ações	38
Título: Tarifa extra na conta de luz soma R\$ 35 bi.....	40

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/02/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima****Título: Chuva intensa repõe nível de reservatórios nas hidrelétricas**

Condições meteorológicas sugerem contenção das tarifas com volta da bandeira verde

As fortes chuvas registradas em boa parte do Brasil no início deste ano começam a dar sinais de recuperação nos reservatórios das hidrelétricas das regiões Sudeste e Centro-Oeste, que concentram cerca de 70% da capacidade de armazenamento de água para geração de energia no país. Outro efeito benéfico é para o bolso do consumidor. Considerando apenas as condições meteorológicas, a expectativa é que a bandeira tarifária verde definida para este mês, ou seja, sem custo adicional na fatura de energia, se repita em março.

É este o cenário que será apresentado e discutido hoje em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que reúne as principais autoridades do mercado de energia elétrica do país, em Brasília.

De acordo com dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste estão com 25,49% da capacidade. Apesar de ainda baixo, o indicador já acumula alta de 5,6 pontos percentuais em relação ao primeiro dia do ano. A expectativa do órgão é que os lagos das usinas das duas regiões cheguem ao fim deste mês com 34% de estoque, com um volume de chuvas previsto de 87% da média histórica para o mês.

O ponto interessante é que as chuvas mais fortes registradas no fim de janeiro em Minas Gerais, por exemplo, contribuíram mais para o subsistema Nordeste do que para o Sudeste/Centro-Oeste. Segundo Patricia Madeira, diretora e meteorologista do Instituto ClimaTempo, essas chuvas ocorreram, por exemplo, no reservatório da hidrelétrica de Três Marias, na cabeceira da bacia do Rio São Francisco, que abastece o subsistema Nordeste. A usina da Cemig, está com volume útil de 72,63%.

Esse efeito pode ser observado nos dados relativos ao subsistema Nordeste. De acordo com ONS, o nível de armazenamento das usinas da região está em 45,31%, 7,37 pontos percentuais acima do apurado no

primeiro dia do ano. A previsão para o fim deste mês é de um nível de estoque de 60,9%, com um volume de chuvas estimado em 85% da média histórica para o mês.

Nos últimos dias, porém, chuvas fortes estão ocorrendo na fronteira entre Minas Gerais e São Paulo, sobretudo nas bacias do Rio Grande e do Paranaíba, onde está localizada a “caixa d’água” do setor elétrico brasileiro. A tendência, conta Patricia, é que continue chovendo na região durante todo este mês.

O diretor-geral do ONS, Luiz Eduardo Barata, explica que o período chuvoso desta temporada demorou a se configurar. “Diferentemente de 2018, quando a estação chuvosa começou em outubro, no ano passado só começou a chover efetivamente em dezembro. A chuva, quando começou em dezembro, encontrou um terreno extremamente seco, então demorou para que as precipitações se transformassem em vazões nos rios. A partir de janeiro, isso se intensificou. Já houve uma melhora do nível dos reservatórios”, afirma ele.

Da mesma forma, é possível que o fim do período úmido, normalmente no fim de abril, também atrase. Segundo Barata, a expectativa é que os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste cheguem ao fim de abril em linha com o observado em igual período de 2019. Já para o Nordeste, a expectativa é que o nível supere a marca do ano passado.

“Na nossa visão, não há qualquer risco ao suprimento de energia ao país”, diz Barata.

Ainda que não tenham sido capazes de superar a média histórica, as chuvas recentes se traduziram em queda significativa dos preços no mercado à vista de energia. O Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio, preço de referência fixado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), teve redução de 43% entre a última semana de janeiro e a primeira semana de fevereiro, passando do patamar de R\$ 333 por megawatt-hora (MWh) para R\$ 190/MWh.

Elias Skaf, analista de contratação de energia na Thymos Energia, avalia que o cenário ganhou algum alívio depois de os preços terem iniciado 2020 em patamares elevados para a época. Segundo o especialista, para fevereiro, o mercado trabalha com preços na casa dos R\$ 190/MWh, apostando na melhora dos níveis dos reservatórios. Pelas previsões da consultoria, os

lagos das hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste podem terminar o mês com 30% da capacidade.

Um aspecto que pode fazer a diferença neste período úmido é a previsão de entrada da segunda linha de transmissão que escoará a produção da hidrelétrica de Belo Monte para o Sudeste, aponta o vice-presidente da Comerc Trading, Enrico Begliomini. “As chuvas do Norte neste ano vão ajudar bastante o Sudeste”, avalia.

Com a segunda linha, e se as chuvas se mantiverem um pouco abaixo da média histórica, a Comerc acredita que os preços spot de energia podem ficar mais baixos em abril e maio, em torno de R\$ 100/MWh.

A expectativa é que pela primeira vez a hidrelétrica de Belo Monte atinja sua capacidade plena, de 11.233 megawatts (MW). “O [rio] Xingu ainda não está permitindo a geração total de Belo Monte, mas isso vai acontecer porque o ciclo do Xingu é um pouco mais tarde do que o do Sudeste e Centro-Oeste”, diz Barata.

Ainda no Norte, a vazão do rio Tocantins está subindo, o que permitiu ao ONS acionar ontem a segunda casa de força da hidrelétrica de Tucuruí. O aumento das chuvas no Norte é fundamental para elevar a produção de energia na região e distribuir para o restante do país, permitindo a recuperação dos reservatórios do Sudeste.

O maior ponto de atenção hoje, pontua Patricia, do Climatempo, é com relação ao Sul. “As frentes frias estão passando pelo Sul, mas ficando no Sudeste.” Com isso, os reservatórios da região marcam 23,47% de estoque, com queda de 6,5 pontos percentuais em relação ao início do ano, porém com perspectiva de melhora.

Mas as chuvas não geram apenas efeitos positivos. Segundo a meteorologista, a ocorrência de fortes chuvas no norte da região Nordeste tem prejudicado a geração eólica no Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/02/2020****Seção:****Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima****Título: Energia vai continuar mais barata**

Chuvas fortes registradas em boa parte do país neste início de ano indicam recuperação nos reservatórios das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste

As fortes chuvas registradas em boa parte do país neste início de 2020 indicam recuperação nos reservatórios das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios desse subsistema estão com 25,49% de armazenamento. Apesar de ser um nível ainda baixo, houve alta de 5,6 pontos percentuais em relação a 1º de janeiro. A expectativa do órgão é que o índice chegue a 34% no fim do mês. Com isso, considerando as condições meteorológicas, a expectativa é que a bandeira tarifária verde de fevereiro seja mantida em março.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/02/2020****Seção: Opinião****Autor: Eloi Fernández e Outros****Título: Gás natural e a transição energética**

Se as condições regulatórias e econômicas não forem criadas rapidamente, o Brasil vai renunciar a uma fonte energética fundamental

O mundo vive hoje uma fase de transição energética, onde a tendência é o crescimento das fontes de energia renováveis (hídrica, eólica, solar, ondas, correntezas), com a substituição progressiva das fontes de energias fósseis (carvão, óleo e gás natural). Nesse quadro, o Brasil é um país privilegiado, nossa matriz energética primária representa 45% de fontes renováveis. No caso da geração de energia elétrica (EE), esse percentual sobe para 83% de energias renováveis, o que representa uma das matrizes elétricas mais

limpas do mundo, resultado da geração hidroelétrica, que nos acompanha desde o início de nosso desenvolvimento moderno.

Mesmo tendo como objetivo final a descarbonização da matriz energética, muitos países elegeram o gás natural (GN) como o principal energético de transição, tendo como justificativas centrais ele ser uma fonte primária de grande disponibilidade, custo competitivo e, entre os fósseis, o de menor nível de emissão de CO₂. China e Estados Unidos, por exemplo, têm obtido redução importante das emissões com incremento do consumo do GN.

Se as condições regulatórias não forem criadas, o Brasil vai renunciar a uma fonte energética fundamental

O Brasil foi historicamente um país pobre em recursos gasíferos, tendo lançado mão de importações do Gás Natural Liquefeito (GNL) e de gás boliviano para complementar a oferta doméstica para suprir o mercado nacional. O elevado custo de gás importado contribuiu para uma oferta de gás pouco competitiva no Brasil, com impactos econômicos importantes para a indústria e o setor elétrico nacional.

No caso da indústria, os preços elevados do gás afetam diretamente a competitividade dos setores de insumos básicos que são intensivos em GN (siderurgia, pelletização de minério de ferro, alumínio, química, cerâmica, vidro, papel e celulose). Estes setores têm sofrido um processo de rápida deterioração da competitividade no mercado doméstico e internacional. No setor elétrico, o elevado custo das termelétricas alimentadas por GN importado é determinante para a fixação do preço dos contratos de energia elétrica, notadamente nos períodos de baixa hidrologia.

As descobertas do pré-sal apontam para um potencial de oferta de volumes expressivos de GN ao mercado nacional. Convém ainda ressaltar que as recentes descobertas de óleo leve e GN na porção offshore da bacia de Sergipe-Alagoas, com potencial mínimo de 15 MMm³/dia de GN, criam perspectivas extremamente favoráveis no aproveitamento de GN numa região que vem demandando ampliação de sua geração termelétrica local.

O gás do pré-sal é associado ao petróleo e tem como característica principal uma baixa flexibilidade da oferta. Ademais, o aproveitamento comercial desta oferta dependerá de enormes investimentos na infraestrutura de escoamento, processamento e logística de transporte e distribuição. Por

sua vez, a viabilidade econômica destes investimentos depende de garantias de mercado firme para o GN e dos preços do gás seco.

É possível desenvolver um mercado firme para o gás do pré-sal através de termelétricas que despacham na base do sistema elétrico. Geração termelétrica na base de 5 a 12 GW, pode demandar até 60 MMm3/dia, para uma nova oferta potencial de 105 MMm3/dia de GN do pré-sal na Região Sudeste. Atualmente, grande parte das termelétricas são flexíveis e são despachadas de forma complementar às hidrelétricas e outras fontes renováveis variáveis (solar e eólica). Para que novas termelétricas possam ser âncoras para o gás do pré-sal, são necessárias mudanças regulatórias para aumentar a parte da geração térmica que é contratada de forma inflexível, com despacho na base.

Em estudo realizado pelo Instituto de Energia da PUC-Rio, cenários foram gerados e simulados, mantendo-se o total de térmicas e do custo estimado pelo planejamento energético nacional (PDE-2017), variando a proporção entre novas térmicas firmes e flexíveis de acordo com cenários de preço de gás. Este estudo demonstrou que uma oferta de gás nacional a preços mais baixos que o gás importado permitiria aumentar o volume contratado na modalidade firme, com a respectiva redução da contratação flexível, sem gerar custos adicionais para os consumidores de energia elétrica.

Observou-se ainda que com o aumento das térmicas na base, cresce o armazenamento hídrico, possibilitando a utilização de potencial adicional no controle das intermitências. Ademais, os resultados das simulações também mostraram variações irrelevantes no vertimento dos reservatórios hídricos e no aumento das emissões. No pior cenário ambiental, não se verifica alteração significativa nas emissões de CO₂ eq, ficando o incremento em torno de 0,32% do teto de emissões no setor energético brasileiro definido no acordo de Paris.

Diante das limitações da expansão hídrica e da variabilidade da geração eólica e solar, a geração térmica com GN apresenta-se como a tecnologia apropriada no curto-médio prazos para atender a segurança energética e elétrica, e mais uma vez fortalecendo o papel do GN na transição energética.

Com relação ao preço do gás seco, é possível viabilizar investimentos necessários para a oferta ao mercado com preços do GN em patamares inferiores ao do gás importado. Isto ocorre porque o gás do pré-sal é muito

rico, com presença significativa de GLP e gasolina natural. O processamento do gás rico permite separar estes produtos, que podem ser comercializados, contribuindo para amortizar o custo da infraestrutura de escoamento e tratamento do gás. Assim, além do suprimento das termelétricas, a nova oferta do pré-sal a preços competitivos permitiria desenvolver outros segmentos de mercado, como GNV e indústrias de insumos básicos.

Por fim, vale ressaltar que a lógica econômica e o ritmo do desenvolvimento dos campos petrolíferos do pré-sal são ditados pelo petróleo e não pelo GN. Assim, é fundamental que sejam introduzidas políticas adequadas para viabilizar o aproveitamento do gás, ao invés da sua reinjeção. Se as condições econômicas e regulatórias não forem criadas rapidamente, o Brasil vai renunciar a uma fonte energética fundamental para a competitividade da nossa economia e ambientalmente amigável.

Eloi Fernández y Fernández e Edmar de Almeida são do Instituto de Energia da PUC-Rio. Reinaldo Souza, Paula Maçaira e Oswaldo Pedrosa são do Instituto de Economia da UFRJ.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho

Título: TST obriga petroleiros a manter 90% do efetivo durante paralisação

O tribunal fixou uma multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil, dependendo do porte do sindicato, para casos de descumprimento da liminar

A greve dos petroleiros entra hoje no seu quinto dia com um revés na Justiça. Ontem, a Petrobras obteve uma vitória parcial no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que decidiu que os sindicatos mantenham um contingente de 90% dos trabalhadores no “desempenho normal de suas atribuições”. O tribunal fixou uma multa diária de R\$ 250 mil a R\$ 500 mil, dependendo do porte do sindicato, para casos de descumprimento da liminar.

No início da noite, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) informou em nota que seu departamento jurídico avalia o despacho do TST. “O ministro

Ives Gandra reconheceu em sua decisão a legalidade de nossa greve. Porém, estabeleceu condições para a manutenção do movimento, sob pena de multa que pode chegar a R\$ 4,5 milhões por dia, o que consideramos abusivo. Diante disso, nosso departamento jurídico está elaborando recursos a essa decisão”, disse o diretor da FUP, Deyvid Bacelar.

Segundo a FUP, mais de 35 unidades haviam aderido ao movimento, em 12 Estados. Na Bacia de Campos, a entidade sindical informou que os trabalhadores estavam entregando a produção das plataformas para as equipes de contingência da empresa e se recusando a fazer a substituição dos grupos que estão embarcados.

A Petrobras informou em nota, por sua vez, que todas as suas unidades de produção de petróleo, combustíveis e derivados estão em operação, “dentro dos padrões de segurança” e que não há impactos na produção nem no abastecimento ao mercado. A estatal reiterou, ainda, que a paralisação é injustificada e que vem “cumprindo rigorosamente os compromissos firmados e segue aberta para dialogar com as entidades”.

A categoria protesta contra a demissão de 396 empregados da fábrica de fertilizantes de Araucária (PR), que será hibernada. Os petroleiros alegam que, pelo acordo coletivo da Araucária Nitrogenados (Ansa), a empresa se compromete a não promover demissões, nem transferências, sem negociação prévia com o sindicato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 05/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Ana Conceição e Bruno Villas-Bôas

Título: Indústria confirma fraqueza e fecha 2019 com queda de 1,1%

Retomada lenta, Brumadinho e Argentina são principais responsáveis pelo resultado

A produção da indústria brasileira diminuiu 1,1% em 2019, após dois anos de crescimento, em 2017 (2,5%) e 2018 (1%). O desastre causado pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) foi em grande parte responsável pelo resultado negativo, mas a fraca recuperação da economia e a recessão na Argentina, um dos principais parceiros comerciais do país, também afetaram o setor.

As expectativas para 2020 variam entre crescimento abaixo de 1% até 3%, mas é consenso entre economistas que o conturbado cenário externo, agora com preocupações sobre o impacto da epidemia de coronavírus, pode limitar o avanço do setor nos próximos meses.

Apenas em dezembro, a atividade industrial caiu 0,7% na comparação com novembro, feito o ajuste sazonal, recuo maior que o de 0,5% esperado pelo mercado. Em relação ao mesmo período de 2018, houve queda de 1,2%. Com isso, a produção do país ficou 18% abaixo do maior nível alcançado pelo setor, em maio de 2011. A indústria também está no mesmo patamar de junho de 2004, mais de 15 anos atrás, ressalta análise do banco Goldman Sachs.

Economistas apontam o caráter estrutural do enfraquecimento da indústria, setor que tem perdido cada vez mais espaço na economia do país. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), mesmo quando a indústria cresceu, no período de 2011 a 2019, as altas foram modestas. Os anos no vermelho predominaram, resultando em perda acumulada de 15% no intervalo. A produção de bens de capital teve o maior retrocesso, de 28%.

Afetada pelo desastre de Brumadinho, em 2019 a indústria extrativa teve o pior resultado em 16 anos, com queda de 9,7%. A indústria de transformação, por sua vez, teve pequena alta de 0,2%. André Macedo, gerente da pesquisa industrial mensal do IBGE, diz que esse crescimento foi puxado pela produção de alimentos (+1,6%), veículos (+2,1%) e produtos de metal (+5,1%).

Mas o resultado positivo da transformação não foi disseminado. De 25 atividades, 15 recuaram. “O segmento extrativo foi o principal responsável pela queda geral, mas houve redução de produção para além disso, o que pode estar relacionado ao contingente de pessoas fora do mercado de trabalho, à crise na Argentina e à entrada de importados”, diz Macedo.

Flavio Serrano, economista-chefe do banco Haitong, ressalta a frustração de expectativas com a economia em 2019. “Esperava-se um crescimento maior”. Os altos e baixos da recuperação da atividade do país atingiram a produção de bens de capital, que em dezembro levou um tombo de 8,8% na comparação com novembro. No acumulado do ano, a categoria recuou 0,4%. Mas o principal resultado negativo da indústria, destaca Serrano, foi o da categoria de bens intermediários, que em dezembro ficou estável, mas

no ano recuou 2,2%. Esses bens respondem por 60% do total produzido pelo setor industrial. É onde a indústria brasileira “mais conversa com o exterior”, diz o economista, lembrando que a crise na Argentina afetou não só as exportações de veículos, mas também as de vários intermediários. A produção de bens duráveis, que caiu 2,7% em dezembro, subiu 2% no ano, refletindo em parte a recomposição do consumo das famílias.

Embora no quarto trimestre a indústria tenha crescido 0,2% na comparação com o terceiro, feito o ajuste sazonal, o mau resultado de dezembro deixa um carregamento estatístico de -1% para o primeiro trimestre deste ano, segundo cálculo do Goldman Sachs. Ou seja, encolheria nessa proporção se fechasse o período no mesmo nível de dezembro.

Em 2020, o mercado doméstico pode dar mais sustentação à indústria, mas o mundo preocupa. “O cenário externo ainda adverso deve limitar o crescimento da indústria em 2020”, afirma Luana Miranda, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). O ano já começa com a ameaça do coronavírus sobre a atividade na China. Além disso, o acordo comercial do país asiático com os Estados Unidos deve ser negativo para as exportações de manufaturados. “Essas questões conjunturais vão estar na conta da indústria, que já tem uma fragilidade estrutural”, comenta Luana. E a Argentina ainda deve ter seus efeitos na indústria, diz. O Ibre/FGV estima aumento de 1,6% na produção industrial de 2020, com alta de 0,8% no segmento de transformação e de 8,5% no extrativo.

Os mesmos fatores levaram a gestora Arazul Capital a cortar a estimativa para a expansão da produção industrial de 2% para 1,6%. “O setor externo ficou mais complicado que antes. Os dados da balança comercial de janeiro mostram isso”, afirma Rafael Leão, economista-chefe da casa. “A desaceleração no comércio global vai gerar uma produção menor do que esperávamos”, diz. O banco Haitong vê crescimento entre 1,5% e 2% na indústria este ano. Mais pessimista, o UBS estima alta de 0,7%.

A LCA Consultores e o Santander preveem avanço de 3% e 2,9%, respectivamente, na atividade do setor. Para eles, o segmento deve ser beneficiado pelo efeito da queda dos juros na demanda interna. Essas estimativas, contudo, correm risco de frustração, a depender do impacto de uma eventual desaceleração mais pronunciada da economia global. Para janeiro, as estimativas, ainda preliminares, são de queda da produção. A LCA estima recuo de 0,4% sobre dezembro e de 1,2% sobre janeiro de 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 05/02/2020****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: Queda do Brent mantém pressão por novos reajustes da Petrobras**

No caso da gasolina, a paridade anda mais acirrada e as margens mais apertadas

A nova queda dos preços globais do petróleo, para os patamares mais baixos desde dezembro de 2018, mantém a pressão por novos reajustes da Petrobras, nas refinarias, nos próximos dias. A estatal já reduziu os preços dos combustíveis por três semanas seguidas. Mesmo assim, duas fontes de pesquisa de mercado consultadas pelo Valor indicam que a companhia tem vendido o diesel com preços acima da referência internacional, o que dá espaço para novas revisões. No caso da gasolina, a paridade anda mais acirrada e as margens mais apertadas.

Enquanto isso, nos postos, os preços começaram a ceder nos últimos dias e atingiram os patamares mais baixos do ano, segundo levantamento preliminar da empresa de pesquisa de mercado Triad Research. Ontem, o litro do diesel S10 era negociado a R\$ 3,794, em média, no Brasil, queda de 2,9% ante 31 de janeiro, quando os preços da Petrobras foram reajustados pela última vez. Já a gasolina era comercializada ontem a R\$ 4,516, baixa de 3,2% na mesma base de comparação.

Em meio aos riscos de que o surto de coronavírus desacelere o comércio global, o preço do barril do tipo Brent caiu 16%, para US\$ 53,96, desde 21 de janeiro - quando os temores sobre uma epidemia global começaram a ganhar corpo no mercado. Em duas semanas, o barril caiu cerca de US\$ 10.

Os reajustes da Petrobras, no mesmo período, foram feitos num ritmo menor: queda da ordem de 7% do diesel e de 4,5% da gasolina nas últimas duas semanas. Desde o último reajuste, no dia 30, porém, o preço do petróleo no mercado internacional já acumula uma nova redução de cerca de US\$ 4 o barril. A empresa, contudo, não possui uma periodicidade definida para seus reajustes e, ao longo do ano, em casos de picos, optou por esperar pela estabilização do mercado antes de revisar seus valores.

A Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), que representa os principais concorrentes da Petrobras no abastecimento do

mercado brasileiro, calcula que a estatal estava praticando preços para o diesel com prêmio de R\$ 0,04 e R\$ 0,10 o litro, dependendo do ponto de suprimento, até ontem, antes do fechamento do mercado.

“O cenário garante uma janela, ainda pequena, para a importação de diesel por empresas concorrentes [da Petrobras]”, afirmou o presidente da associação, Sérgio Araújo. “Mas da mesma forma que ela segurou os reajustes para cima, quando houve a crise no Oriente Médio no início do ano, ela está esperando agora, antes de decidir sobre o repasse da queda do Brent dos últimos dias”, completou.

Já no caso da gasolina, a Abicom estima que o preço da Petrobras nas refinarias está em linha com a paridade internacional. A associação considera, em suas contas, as despesas para internalização dos combustíveis até o porto, e acrescenta a esses valores os custos com taxas portuárias e de armazenagem, além das despesas de frete até o ponto de entrega do derivado.

De acordo com um analista de um banco de investimentos que monitora a política comercial da petroleira, mas que prefere manter o anonimato, a Petrobras está vendendo sua gasolina com um prêmio de 2%, revertendo a tendência de preços do ano passado. Em 2019, segundo a mesma fonte, a petroleira negociou o litro do combustível com um desconto médio de 7%. As estimativas do analista consideram o custo de importação até o porto, mas não incorporam os custos de internalização do produto.

Ainda segundo a fonte, o litro do diesel tem sido negociado com um prêmio de 16%, mesmo tendo a estatal reduzido os preços do derivado nas últimas semanas. A empresa manteve um prêmio ao longo do ano passado, mas a margem acentuou neste início de ano.

A Petrobras esclareceu que seus reajustes levam em conta não só os preços dos combustíveis e variações do câmbio, mas também o nível de participação de mercado. Ela também informou que o preço de paridade internacional (PPI) “não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes” e varia de agente para agente. A estatal alegou, ainda, que não houve interrupção nas importações de derivados por “agentes eficientes de mercado”.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data: 05/02/2020****Seção: Colunas****Autor: Vinicius Torres Freire****Título: Exportação e indústria estão com vírus**

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

País vende menos no exterior, fábricas batem pino; recuperação ainda é frágil

Não é o coronavírus, mas exportações e indústria estão com um bicho ruim. Os números da virada do ano são sintomas preocupantes.

As vendas do Brasil para o exterior caem rapidamente desde julho do ano passado, o que ficou ainda mais evidente com os dados de janeiro.

Em parte, a indústria vai mal porque o país perde mercados, que se implodiram (Argentina) ou andam devagar quase parando (Europa), e não consegue outros clientes relevantes; porque o comércio mundial teve um ano historicamente ruim em 2019.

Diz-se que o desastre assassino de Brumadinho explica o resultado ruim da indústria nacional, que encolheu 1,1% em 2019, número divulgado nesta terça-feira (4) pelo IBGE. É verdade, em parte; é conversa mole, em parte.

A produção da indústria extrativa encolheu quase 10% no ano passado, resultado de país em guerra. Mas a indústria de transformação (as "fábricas") tem peso de 89% na produção industrial total. Em 2018, havia crescido 1,1%. Em 2019, apenas 0,2%. Ficou na prática estagnada porque setores grandes como montadoras, metalúrgicas e fábricas de máquinas e equipamentos tiveram um ano entre fraco e horrível.

A indústria de alimentos, muito importante, deu uma respirada, mas não bastou para melhorar o resultado geral, nem de longe.

As montadoras de veículos, por exemplo, cresceram quase 13% em 2018 e apenas 2,1% em 2019. As metalúrgicas estão em recessão. A indústria de máquinas e equipamentos mal ficou no zero a zero. Juntas, têm peso de uns

20% na produção industrial, com impactos em cadeia dos mais significativos entre as manufaturas e no PIB em geral

As exportações dos últimos três meses caíram 14% em relação ao mesmo período igual do ano passado; baixam cada vez mais rápido desde meados de 2019. Estão caindo os preços e as quantidades de soja e petróleo.

Por ora, os tropeços feios de exportações e da indústria não desqualificam ou degradam as previsões de crescimento do PIB brasileiro para este 2020, de algo além de 2%. Mas são evidências da fragilidade da recuperação, uma convalescência difícil, que ainda por cima corre o risco de ser abalada pela infecção do coronavírus, por exemplo, que ainda não há como prever e muito menos medir, por ora.

O que fazer? A receita banal de sempre: cuidar da própria saúde, não importa que bicho ruim venha bater à porta. Para tanto, muito contribuiria termos um governo dedicado ao essencial, que não fosse desvairado etc., o que qualquer pessoa adulta pode imaginar.

Em vez disso, o que se passa? Basta lembrar apenas dos problemas dos últimos dias e horas.

Jair Boissonaro faz espuma diversionista, culpando os governadores pelo preço alto dos combustíveis (se o ICMS baixar, o governo federal vai bancar as contas de estados arrebitados, quase todos?).

O governo não tem prioridade clara no Congresso, onde já começa a levar tundas, na primeira semana legislativa. Passou janeiro quase inteiro dando tiros no pé, criando crises de moto próprio (Cultura, Educação, Ambiente, Casa Civil, Justiça etc.).

A recuperação é muito lerda e frágil, com o precário e lentíssimo aumento da massa de rendimentos, com alguma animação de crédito e com a construção civil (residencial) saindo do buraco da recessão.

No mais, investimento mesmo quase não tem e pode haver ainda menos devido à incerteza derivada de um choque externo (coronavírus), piorada pelo desvario contínuo do governo. Está fácil de pegarmos uma gripe.

VEÍCULO: Folha S.Paulo**Data: 05/02/2020****Seção: Colunas****Autor: Joana Cunha****Título: Paineis S.A.**

Caneta

Além do atraso na indicação de duas vagas de conselheiros independentes para a TBG (Transportadora do Gasoduto Bolívia-Brasil), a Petrobras está em falta com o Cade no caso de outra empresa, a TSB, onde ainda falta uma vaga do tipo.

Puxão de orelha

A estatal deve receber um alerta do Cade em breve pelo não cumprimento de alguns termos do acordo para o processo de desinvestimento em gás natural.

Gasoso

Procurada, a Petrobras diz que a TSB não faz parte do acordo firmado com o Cade. “Visando contribuir com a desverticalização do setor de gás, a Petrobras optou espontaneamente por indicar conselheiros independentes. A companhia já indicou um para a TSB e está em processo para a vaga restante”, afirma a empresa, em nota.

VEÍCULO: Folha S.Paulo**Data: 05/02/2020****Seção: Mercado****Autor: Diego Garcia e Nicola Pamplona****Título: Petrobras é cliente de auditora do BNDES alvo de Bolsonaro**

Estatal fez acordos de R\$ 635 mi com escritório que não viu irregularidade no banco.

O escritório Cleary Gottlieb, contratado pelo BNDES por R\$ 48 milhões para realizar auditoria que não encontrou resultados, é um velho conhecido do

governo brasileiro. Nos últimos anos, os americanos fecharam contratos de aproximadamente US\$ 150 milhões (cerca de R\$ 635 milhões, na cotação atual) com a Petrobras.

No dia 28, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) criticou a auditoria no banco.

Segundo ele, houve um erro, sem especificar qual foi. O presidente do BNDES, Gustavo Montezano, defendeu no dia seguinte que o dinheiro gasto não foi tanto em comparação com exemplos internacionais.

Todos os contratos do Cleary Gottlieb com a Petrobras foram fechados sem a realização de licitações, por inexigibilidade no processo de concorrência. Os cinco primeiros, por serviços técnicos de natureza singular, enquanto o último fechou por inviabilidade de competição.

Procurado, o Geary Gottlieb diz que não comenta questões relacionadas a seus clientes.

Foram seis acordos entre o Gottlieb e a Petrobras desde 2013, sendo que quatro ainda estão em vigor. O primeiro, de US\$ 2,97 milhões, foi para a realização de assessoria e consultoria jurídica em direito nos EUA e tem duração até 2020.

O segundo, em 2014, se encerrou em dezembro do ano passado e tinha o valor de US\$ 27,991 milhões. O escritório efetuou serviços técnicos jurídicos especializados na defesa dos interesses da Petrobras e de seus gestores e ex-gestores em ações coletivas.

Depois, em 2015, a empresa foi novamente contratada pela petroleira, desta vez por US\$ 7,47 milhões, para assessoria de operação de “consent solicitation”, quando o emissor de um título propõe alterações nos termos de um contrato de segurança ou gerenciamento corporativo. Esse acordo durou dois anos.

Novamente em 2015, a Petrobras contratou o escritório para defender a empresa e seus gestores perante um tribunal em Nova York por US\$ 3 milhões.

Em 2016, o Cleary Gottlieb foi outra vez acionado pela petrolífera, no que foi o maior acerto entre as partes até então: US\$ 105,36 milhões pela

defesa dos interesses da Petrobras e de gestores em ações individuais movidas por investidores. O contrato dura até janeiro do ano que vem.

A última contratação entre as partes ocorreu em julho de 2018, com quatro anos de duração, por serviços jurídicos em ação confirmatória de sentença arbitral, no valor de US\$ 3,52 milhões.

Procurada, a Petrobras afirmou que celebrou contratos com o escritório Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP para atuação fora do território brasileiro, em demandas envolvendo direito estrangeiro.

VEÍCULO: Folha S.Paulo

Data: 05/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Gasolina cai 7% na refinaria e apenas 0,3% nos postos

Bolsonaro se queixara de falta de repasse da queda e culpou estados

RIO DE JANEIRO - Dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) confirmam as queixas de Jair Bolsonaro com relação à falta de repasses às bombas de cortes promovidos pela Petrobras no preço da gasolina e do diesel em suas refinarias.

Na semana passada, segundo a pesquisa de preços da agência, os preços nos postos caíram pela primeira vez em 2019, mas em patamares ainda pequenos: 0,3% no caso da gasolina, que fechou a semana custando, em média, R\$ 4,58 por litro; e 0,5% no caso do diesel (R\$ 3,778 por litro, em média).

No domingo (2), Bolsonaro reclamou de que os cortes não estavam chegando aos postos e anunciou apoio a projeto de lei para mudar o sistema de cobrança do ICMS sobre os combustíveis, aderindo à proposta defendida pelo setor, mas que enfrenta resistência dos estados.

Desde o início do ano, a Petrobras promoveu três reduções nos preços da gasolina e do diesel. No primeiro caso, a queda acumulada no ano é de 7%. No segundo, de 10%. Os preços da estatal, porém, representam apenas parcela do valor das bombas (30% na gasolina e 54% no diesel).

O restante são impostos, custos de transporte e margens de lucro de postos e distribuidoras. O presidente da Fecombustíveis (federação que reúne os postos), Paulo Miranda, diz que é normal que os repasses demorem uma a duas semanas para chegar às bombas, já que distribuidoras têm que se desfazer de estoques.

“Nossos preços estão ligados umbilicalmente aos preços das companhias [distribuidoras]. Elas reduzem, nós reduzimos. Elas aumentam, nós aumentamos”, afirmou.

Alvo de Bolsonaro, o ICMS equivale, em média, a 29% do preço da gasolina e a 15% do preço do diesel. Lá os impostos federais representam 15% e 8%, respectivamente.

Um grupo de 22 estados rechaçou a proposta de Bolsonaro e sugeriu que o governo cortasse sua própria fatia no preço final dos combustíveis.

A proposta de cobrar o ICMS em reais por litro, e não sob o atual modelo de percentual sobre o preço final, vem sendo defendida pelas distribuidoras e postos como uma maneira de reduzir fraudes e suavizar o repasse de variações bruscas nos preços internacionais do petróleo.

O tema, porém, é malvisto pelos estados por reduzir autonomia sobre a arrecadação. Os combustíveis são importante fonte de receita dos governos estaduais, e alguns deles apelaram durante 2019 para estratégia de não acompanhar as quedas nos preços de bomba para evitar perda de arrecadação.

Na segunda (3), o petróleo continuou em queda, refletindo temor sobre os efeitos na economia global do surto de coronavírus iniciado na China. O petróleo do tipo Brent, referência mundial negociada em Londres, caiu 3,83%, para US\$ 54,45 por barril.

Os contratos da commodity entraram no chamado “bear market”, quando o pessimismo sobre o ativo leva a queda de 20% sobre o pico anterior. O movimento começou logo após disparada nos preços no início do ano, em razão do assassinato do general iraniano Qassem Soleimani.

Nesta terça-feira (4), apesar da recuperação das Bolsas, o petróleo fechou perto da estabilidade.

Analistas do Citi disseram que a demanda por petróleo deve registrar queda de até 1 milhão de barris por dia no primeiro trimestre e cortaram suas projeções de preços para o segundo trimestre para US\$ 50 por barril, ou US\$ 18 a menos do que a estimativa anterior.

A situação levou membros da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) a começar a discutir cortes emergenciais na produção, para tentar segurar os preços. Eles avaliam se uma redução de 500 mil barris por dia poderia reverter o movimento atual.

No Brasil, ainda não há clareza sobre a posição da Petrobras, que, em outras situações de variação abrupta nos preços internacionais, adotou a política de esperar o mercado se acalmar antes de decidir por reajustes.

Nos dois casos em que o fez durante o governo Bolsonaro, a pressão era altista (primeiro, um ataque a refinarias da Arábia Saudita, e, segundo, pela tensão ameaça de guerra entre EUA e Irã).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/02/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Braskem no Novo Mercado é porta de saída da Petrobrás

A Petrobrás está debruçada em levar a Braskem ao Novo Mercado, segmento com mais exigências de boa governança da B3. É um primeiro passo efetivo para preparar terreno para sua saída da petroquímica, por meio de uma oferta subsequente de ações. Terminada a migração - que precisará incluir a extinção dos papéis sem direito a voto, as preferenciais -, a companhia seguirá para a oferta. Ela vai marcar a saída integral da Petrobrás, que tem 47% das ações ordinárias e 22% das preferenciais do negócio. Apesar de a ação da Braskem não estar em um bom momento, com queda acumulada de 33% em 12 meses e cotada a R\$ 34,40, a estatal venderá o ativo com bastante lucro. Nos livros contábeis da petrolífera, a ação está marcada a R\$ 10.

» Por partes. Já começa a ser desenhada, mesmo que de maneira informal, uma rota de saída da petroleira. Uma das iniciativas é concluir a negociação do contrato de nafta que vence no fim do ano, para tirar a pressão sobre o

preço do papel. A nafta é a principal matéria-prima da indústria petroquímica e fornecida pela Petrobrás.

» Efeito. Assim, a Odebrecht, que detém 50,1% das ações com direito a voto e 22,9% das preferenciais da companhia, pode ter de aguardar mais algum tempo para vendê-las. A espera daria à Odebrecht, em recuperação judicial, mais dinheiro no caixa. Em até três anos, período que vinha negociando com os bancos credores a venda da Braskem, o ciclo de baixa do setor petroquímico deverá ter se recuperado.

» Eterno retorno. Essa, contudo, não é a primeira vez que as discussões sobre a ida da Braskem ao Novo Mercado e a oferta de ações para saída da Petrobrás ocorrem. Em 2018, a Braskem anunciou a intenção de migrar para o segmento “premium” da Bolsa. Internamente, havia conversas para a oferta de ações. No entanto, o interesse da holandesa Lyondell Basell em adquirir a Braskem - que não se concretizou - deixou os planos de lado. Procuradas, Braskem, Odebrecht e Petrobrás não comentaram.

» Copo meio cheio. A queda recente das ações da Petrobrás abriu o apetite dos investidores para a oferta subsequente (follow on) da empresa, de cerca de R\$ 23 bilhões. Nessa oferta será vendida a fatia de ações com direito a voto da estatal que estão nas mãos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com a oferta ocorrendo simultaneamente na B3 e na Bolsa de Nova York, a NYSE, a demanda já superaria a oferta em cerca de três vezes. A expectativa é de pouco desconto na ação para a oferta, que será precificada hoje.

» No laço. A Cielo, controlada por Bradesco e Banco do Brasil, abre as portas hoje da sexta loja física, a primeira de outras 14 previstas para serem inauguradas este ano. Com o objetivo de melhorar o atendimento aos donos das maquininhas, a líder de mercado busca formas de se aproximar dos lojistas e também os consumidores.

» De grão em grão. Os novos clientes trazidos pelas lojas físicas já capturaram vendas da ordem de R\$ 150 milhões desde que começaram as atividades do canal. Embora pareça pouco para uma empresa com mais de R\$ 683 bilhões em volume financeiro em 2019, é importante para a empresa, que quer priorizar os resultados e não apenas preço, como fez no ano passado quando precisava “voltar para o jogo”. O número de filiações cresce 8% ao mês por meio das lojas físicas.

» Mais embaixo. O impacto da carta da gestora carioca Squadra, questionando a recorrência dos resultados do ressegurador IRB Brasil Re, foi além das ações da companhia e chegou na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A ligação é simples. O atual procurador-geral da Fazenda Nacional, José Levi Mello do Amaral Júnior, era o presidente do conselho de administração do IRB Brasil Re e assinou os demonstrativos financeiros do ressegurador de junho, exatamente o período mais questionado pela Squadra.

» Vara curta. Na PGFN, a sensação foi de que a carta da Squadra denegriu a cúpula do órgão. Providências foram tomadas. A preocupação é que a gestora tenha feito uma tentativa de manipulação de mercado. Procurada, a PGFN não comentou. O IRB e a Squadra não se manifestaram.

» Subida árdua. O indicador de confiança do consumidor encerrou 2019 com 47 pontos (em uma escala que vai até 100), patamar 1,2 ponto acima do registrado no mesmo período do ano anterior, de acordo com dados do CNDL/SPC Brasil.

» Pé atrás. A percepção geral dos consumidores em relação à economia permanece negativa, apesar de ter ficado menos ruim do que no ano anterior. Segundo os dados,

62% dos brasileiros avaliam como “ruim” o atual momento econômico do País - no ano anterior, eram 72%. Já o percentual dos que consideram “bom” o momento econômico teve ligeira melhora de 2% para 7%. Outros 30% consideram “regular”.

FERNANDA GUIMARÃES, ALINE BRONZATI, CYNTHIA DECLOEDT E BIANCA GOMES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 05/02/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Direto da fonte

Pista verde

Além de se capacitar a receber aviões de grande porte, o aeroporto internacional de Foz do Iguaçu se tornará o primeiro “aeroporto sustentável” do País. O que significa ter painéis para gerar energia própria, infraestrutura para resíduos sólidos, sistema para captar água de chuva e eletroposto. A reforma, que durará um ano e meio, saiu no Diário Oficial da União.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 05/02/2020**Seção:** Notas e Informações**Autor:** Sonia Racy**Título:** O desafio é reindustrializar

Se quiser mesmo consertar a economia brasileira e reencontrar o caminho do firme crescimento, o governo terá de promover a reindustrialização do País. A produção industrial encolheu 1,1% em 2019, depois de dois anos de expansão. O parque industrial brasileiro ainda é um dos nove ou dez maiores do mundo, mas está enfraquecido, atrasado e sem poder de competição depois de uma longa crise iniciada bem antes da última recessão. Houve um tombo de 18% entre o ponto mais alto da série histórica, atingido no trimestre encerrado em maio de 2011, e os três meses finais do ano passado. Olhando de baixo para cima, tem-se uma noção mais clara do esforço necessário para retornar ao topo. O volume produzido terá de crescer 21,9% sobre a base do último fim de ano para chegar de volta ao pico histórico.

Finda a recessão, o produto industrial cresceu 2,5% em 2017 e 1% em 2018 e voltou a cair no primeiro ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro.

Só em março será conhecido o primeiro cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019. As estimativas correntes têm apontado um crescimento entre 1,1% e 1,2%. O número oficial, de toda forma, refletirá o péssimo desempenho da indústria, já refletido na recuperação muito lenta do emprego, marcada pela informalidade e pela expansão de precárias ocupações por conta própria.

O desastre da mineração, sempre lembrado quando se comentam os números da indústria, explica apenas uma pequena parte do novo desastre. Houve queda na produção de bens de capital e bens intermediários e expansão de 1,1% na de bens de consumo. O exame mais detalhado mostra recuos em 16 dos 26 ramos de atividades cobertos pela pesquisa, em 40 dos 79 grupos e em 54,2% dos 805 produtos incluídos no levantamento regular.

Em todos os trimestres de 2019 o desempenho foi pior que o de um ano antes. Esse tipo de resultado ocorreu desde os três meses finais de 2018. Mas o novo governo nada fez, durante a maior parte de seu primeiro ano, para tentar pelo menos conter o declínio da indústria. Os primeiros estímulos só foram aplicados a partir de setembro, embora os números da produção e os dados do emprego fossem muito ruins.

Evitar mais um voo de galinha foi a justificativa repetida por muitos integrantes do Executivo, quando se tentou chamar sua atenção para o problema. Mas essa desculpa deixou de valer quando se tornou indisfarçável a necessidade urgente de algum incentivo. O acesso a recursos do Fundo de Garantia (FGTS), iniciado em setembro, acabou sendo prorrogado em novas condições.

Se as projeções do mercado estiverem certas, a produção industrial crescerá 2,21% em 2020 e 2,50% em cada um dos três anos seguintes. O resultado será um crescimento acumulado de 7,4% em 2020, 2021 e 2022, fim do atual mandato presidencial. No primeiro ano do mandato seguinte a indústria produzirá 2,50% a mais. Faltará quase metade do caminho para o retorno ao pico de 2011, se se tratar apenas de recompor o volume produzido.

Mas o problema é muito mais complicado. Além das perdas de produção, a indústria acumulou em muitos anos - pelo menos desde 2012 - um enorme atraso em termos de tecnologia, de inovação e, portanto, de competitividade. Isso é visível no comércio exterior. Em 2000 as vendas de

manufaturados corresponderam a 59% do valor exportado. Em 2009 a proporção estava reduzida a 44%. A partir daí a participação foi sempre inferior a 40%, exceto em 2016, quando esse número foi registrado. Em 2019 a parcela dos manufaturados caiu para 35%, a menor taxa desde o ano 2000.

De vez em quando algum membro do governo fala de produtividade e competitividade, mas sem apresentar mais que vagas intenções e ideias. A expressão política industrial é evitada como blasfêmia. O discurso é geralmente um recitativo com tinturas de liberalismo econômico e nenhuma referência clara a planos, metas e instrumentos. Diante disso, até as modestas projeções de crescimento industrial conhecidas chegam a parecer otimistas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/02/2020

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Coronavírus, a China e o mundo

O Banco Popular da China (PBoC, o banco central do país) atribuiu a fatores irracionais”, que incluíram um forte movimento de vendas provocado por um “efeito manada”, a queda de 7,72% do principal índice da bolsa de valores de Xangai na segunda-feira passada, depois do longo feriado do ano novo lunar chinês. O governo de Pequim, de sua parte, acusou o governo dos Estados Unidos de “espalhar pânico” por ter evacuado funcionários americanos de sua representação diplomática em Wuhan - centro da epidemia de coronavírus, que já matou mais de 300 pessoas e chegou a duas dezenas de países - e proibido a entrada de turistas chineses no país.

Há algum exagero nesse tipo de reação. Para tentar contê-lo, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, disse que, apesar da declaração de emergência global por conta do coronavírus, não há razão para que os países tomem medidas “desnecessárias” que interfiram no fluxo internacional de pessoas e de bens. As decisões dos governos, recomendou, devem ser “consistentes e baseadas em evidências”.

Há evidências, e se acumulam a cada dia, de que a economia chinesa, em primeiro lugar, e a mundial, logo em seguida, sofrerão o impacto do avanço

do coronavírus. Por ter no mercado chinês o principal destino de suas exportações, o Brasil será, de algum modo afetado por tudo o que acontecer na China.

A rápida decisão do banco central chinês de cortar as taxas de juros de operações de recompra reversa e ampliar a liquidez do sistema bancário por meio da injeção de 1,2 trilhão de yuans (o equivalente a US\$ 173 bilhões) mostra que as autoridades de Pequim tentam, com os instrumentos disponíveis, conter o quanto antes o impacto do coronavírus sobre a economia e sobre a vida dos chineses. A construção, em dez dias, de um hospital com mil leitos em Wuhan para atender os infectados pelo vírus é, além da demonstração da capacidade operacional do governo chinês, a tentativa prática mais evidente das autoridades de tentar acalmar uma população que praticamente sumiu das ruas e das lojas.

Desde 31 de dezembro, quando foi emitido o alerta sobre o vírus, as famílias que moram nas cidades afetadas designam apenas um de seus membros para fazer as compras indispensáveis. Parte das empresas que transformaram a China na maior potência exportadora do planeta interrompeu temporariamente suas atividades. Ainda não se sabe o tamanho da conta dessa paralisação para o PIB chinês. Mas uma parte da economia do país está sendo corroída. As autoridades chinesas estão revendo para baixo suas projeções para o crescimento do PIB neste ano - estima-se que, em 2019, o PIB chinês cresceu 6,1%, o pior resultado em 29 anos. Empresas privadas de consultoria já calculam uma expansão pouco superior a 5% em 2020.

Além da notória queda do consumo nas cidades afetadas, outros sinais vão se somando para conformar um quadro de desaceleração da atividade econômica na China. Há indicações de que a demanda por petróleo recuou cerca de 20% nos primeiros dias do ano. A maior refinaria da Ásia, a estatal Sinopec, está reduzindo suas operações em 12% neste mês, segundo a agência Reuters. Em janeiro, índices de atividade da indústria atingiram seu ponto mais baixo em cinco meses. As novas encomendas e a produção crescem bem mais devagar do que nos meses anteriores.

Para complicar, no domingo passado, as autoridades chinesas informaram a detecção de um surto de gripe aviária H5N1 na província de Hunan. Ações da maior exportadora brasileira de frangos tiveram alta imediata e expressiva.

Impactos mais duradouros e mais amplos da epidemia de coronavírus poderão ser sentidos pelo comércio global. A Organização Mundial do Comércio (OMC) poderá rever para baixo suas estimativas para 2020, disse seu diretor-geral, Roberto Azevêdo. Isso será ruim para a economia brasileira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/02/2020

Seção: Notas e Informações

Autor: André Borges

Título: Eletrobrás gasta com 'carvão fantasma'

Estatul não conseguiu explicar para a Aneel o gasto de R\$ 205 milhões na compra do produto para usinas térmicas entre 2011 e 2017

A estatal Eletrobrás, que até 2017 gerenciava a compra de carvão mineral usado por usinas para geração de energia, não conseguiu demonstrar para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) onde gastou R\$ 205 milhões, utilizados, em princípio, para a compra da matéria-prima.

Esse dinheiro é pago mensalmente por todos os consumidores de energia do País, por meio de um encargo incluído na conta de luz. Até abril de 2017, a Eletrobrás era a responsável por receber esses recursos usados para financiar a compra de carvão mineral e a geração de energia de usinas térmicas. Em maio daquele ano, essa função passou para a Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE).

A Aneel, porém, decidiu fazer uma varredura nas transações com carvão mineral feitas pela Eletrobrás entre janeiro de 2011 e abril de 2017. O objetivo era verificar os estoques de carvão quando a estatal parou de administrar as operações.

O levantamento, concluído em dezembro do ano passado, após receber milhares de documentações enviadas pela Eletrobrás, apontou que mais de R\$ 205 milhões - em valores da época - foram usados para bancar um "carvão fantasma", ou seja, pagos para a geração de energia que a estatal não conseguiu comprovar.

"Considerando que os valores dos combustíveis referentes a um determinado mês deveriam ter sido pagos até o mês seguinte, a

confrontação dos valores, ‘o que deveria ter sido pago’ versus ‘o que foi efetivamente pago’, resultou numa diferença de R\$ 205.426.819,22, pago a maior ao agente”, conclui o levantamento técnico da agência.

Os dados apurados apontam que, entre 2011 e 2017, a Eletrobrás conseguiu comprovar a destinação de um total de R\$ 4,2 bilhões pagos pelo consumidor de energia. No mesmo período, porém, foi constatado que os repasses que a estatal fez às donas de usinas térmicas a carvão chegaram a um total de R\$ 4,4 bilhões. A diferença paga a mais, se corrigida pela inflação, ultrapassa mais de R\$ 227 milhões. Ao concluir sua análise, a agência declarou que encontrou diversas “inconsistências” na gestão dos repasses para compra de carvão.

Orçamento. Anualmente, a Aneel estabelece um orçamento para compra de carvão mineral, custo que passa a ser cobrado do consumidor na conta de luz. A análise técnica pede que essa diferença de valor seja abatida dos custos que serão pagos pelo cidadão na conta de luz neste ano.

Questionada sobre o assunto pela reportagem, por meio de nota, a Eletrobrás se limitou a declarar que “se manifestará sobre o tema por meio de comunicado ao mercado”.

A Aneel limitou-se a declarar que “a fiscalização é matéria ainda em fase de instrução pela área técnica responsável” e ainda não há conclusão do caso pela área de fiscalização ou pela diretoria da agência.

Estatual contesta. Na semana passada, em resposta encaminhada à Aneel, o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, sustentou que os valores indicados pela estatal estariam corretos.

Hoje o Brasil tem 23 usinas de geração por carvão mineral em atividade, as quais são responsáveis pela geração de 3.596 megawatts (MW). Trata-se de um volume considerável de energia, se comparado, por exemplo, com a energia média entregue pela maior hidrelétrica brasileira, a usina de Belo Monte, que produz 4.571 MW, na média anual.

O carvão é uma das fontes mais poluentes e caras do setor elétrico. O governo mantém essas usinas em operação porque pode acioná-las, por exemplo, quando há pouca geração de energia pelas hidrelétricas, em decorrência da falta de chuvas.

A compra do carvão está incluída no encargo setorial conhecido como Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A Eletrobrás sempre foi alvo de críticas por sua gestão desse encargo, que hoje inclui uma série de outras funções, como a universalização do serviço de energia elétrica em todo território nacional (Programa Luz para Todos) e os custos para sistemas isolados, regiões que não estão conectadas ao sistema interligado nacional de transmissão de energia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2020

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Governo deve zerar imposto para caminhão a gás

Objetivo da medida é reduzir custo de aquisição de veículos importados e oferecer aos caminhoneiros alternativa mais em conta que o diesel. Iniciativa faz parte do choque de energia barata proposto pelo ministro da Economia

BRASÍLIA- O governo pretende zerar o Imposto de Importação de caminhões e carretas movidos a gás natural — também conhecido como gás natural veicular (GNV). O objetivo é reduzir o custo de aquisição desses veículos e oferecer uma alternativa de combustível mais barata que o diesel. A decisão será tomada na reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex) marcada para a próxima semana.

Além de ser mais barato que o diesel, o gás natural para os veículos também polui menos. O Ministério da Economia espera que, com a medida, seja possível aumentar a demanda e incentivar novos investimentos nesse tipo de combustível no país, em sintonia com o Novo Mercado de Gás, o “choque de energia barata” com o qual o ministro da pasta, Paulo Guedes, pretende reduzir o preço do insumo no país.

Atualmente, o imposto de 35% dificulta a importação desse tipo de veículo no Brasil. Com o imposto zerado, um caminhão 6x2 (ou seja, que possui seis pontos de apoio e dois eixos com tração) poderia ser adquirido por R\$ 524 mil, preço parecido com os valores cobrados para veículos a diesel. Hoje, esse mesmo veículo não sai por menos de R\$ 683 mil.

O governo já recebeu o compromisso de duas empresas para construir 45 unidades de abastecimento ao longo do que vem sendo chamado de “Corredor Azul”, trechos rodoviários de grande fluxo, entre o Sudeste e o Nordeste do país. A logística da rede de abastecimento rodoviário de gás natural é um dos principais gargalos para o desenvolvimento desse combustível.

A redução de imposto valeria por dois anos, prazo necessário para a construção de uma montadora desse tipo no país, segundo fontes da pasta. Técnicos do Ministério da Economia consideram que é mais adequado permitir logo a entrada de caminhões importados.

A expectativa do governo é que o projeto de introdução de gás natural no transporte rodoviário e urbano no país gere demanda para o escoamento e monetização das reservas de gás e biogás — um tipo de gás produzido por meio da queima do lixo. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o preço médio do litro de óleo diesel em todo o país foi de R\$ 3,778 na semana passada. Já o preço do gás natural foi de R\$ 3,195, no período.

A potência desse caminhão é muito similar à dos veículos movidos a óleo diesel, mas ele é muito menos barulhento. A autonomia dos caminhões a gás gira em torno de 500 quilômetros, dependendo do modelo.

IMPACTO NO CUSTO DO FRETE

Aumentar o uso de gás natural pode ser uma alternativa para os caminhoneiros, que têm como uma das suas principais demandas a redução do preço do combustível. A alternativa mais barata também pode ser uma saída para reduzir o custo do frete e diminuir os impactos das oscilações do mercado internacional no país, já que boa parte do diesel usado no Brasil é importado, segundo fontes do ministério.

Técnicos estimam que a substituição do diesel pelo gás reduza em cerca de 15% o custo do frete, diferença que pode ficar maior, com a esperada queda no preço do gás natural. Segundo fontes do governo, empresas já demonstraram que têm interesse em usar esses caminhões para frete, em contratos que devem ser formalizados já em março, após a redução do imposto.

Segundo os técnicos, para viabilizar os “corredores azuis” e caminhões a gás no país é necessário criar demanda por meio de veículos importados. De

acordo com fontes a par das discussões, uma vez que os caminhões sejam aceitos pelo mercado e haja procura firme estabelecida, haveria demanda para a implementação de uma linha de montagem no país, iniciando a produção nacional com preços mais competitivos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2020

Seção: Coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: A cruz da Vale

A Vale é uma das empresas mais prejudicadas com o coronavírus na China, que respondeu por 56% dos embarques de minério de ferro e pelotas da empresa, em 2019. A mineradora, entre mil e uma providências, doou US\$ 500 mil à Fundação da Cruz Vermelha Chinesa.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Coronavírus afeta negócios até mesmo fora da China

Hyundai suspende produção na Coreia do Sul, Google fecha escritório em Taiwan, e cassinos param de operar em Macau

HONG KONG

BRASÍLIA- A epidemia do coronavírus tem afetado os negócios não só dentro da China, como fora do país também. E o setor automotivo está entre os prejudicados. A Hyundai, maior montadora da Coreia do Sul, interrompeu a produção em uma de suas linhas de montagem no país, devido à falta de peças por causa do surto. A empresa não descarta tomar outras medidas.

Na China, montadoras multinacionais já estenderam o fechamento de suas fábricas, seguindo as diretrizes do governo. Além da Hyundai, estão na lista1Tesla, Ford, PSA Peugeot-Citroën, Nissan e Honda.

— A Hyundai e a Kia podem ser mais afetadas porque tendem a importar mais peças da China — disse Lee Hang-koo, pesquisador do Instituto da Coreia para Economia Industrial e Comércio.

Em Macau, maior centro de apostas do mundo, o executivo-chefe da região autônoma na costa sul da China, Ho Iat Sengdisse, pediu ontem a todas as operadoras de cassino que suspendessem as operações por duas semanas para ajudar a conter a propagação do coronavírus. O anúncio ocorreu depois que a ex-colônia portuguesa confirmou dez casos do vírus e adotou restrições severas aos movimentos no território.

Outros setores também restringiram suas operações em várias cidades chinesas (Pequim Shenzhen, Xangai e Guanghou) e também fora, como Taiwan — caso do Google, que ainda fechou seu escritório em Hong Kong.

No setor tecnológico, os fechamentos e restrições de viagem afetaram Amazon, Apple, Facebook e Microsoft. No varejo, Starbucks, Walmart e McDonald's, entre outras.

PETROBRAS: NADA DE JAPÃO

A Petrobras também adotou restrições, suspendendo viagens de funcionários à China, ao Japão e a Cingapura, além de repatriar 37 empregados para o Brasil.

A Royal Caribbean alertou ontem que não embarcará pessoas que visitaram a China continental ou Hong Kong nos últimos 15 dias.

Nesta semana, a China terá 25 mil voos domésticos e internacionais a menos, frente a duas semanas atrás. Mais de 30 empresas suspenderam voos para o país, segundo a consultoria Aviation Worldwide.

Tailândia e Cingapura também tiveram queda nos voos: 38% e 34%, respectivamente.

Em Brasília, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assegurou que a parceria comercial com a China continua sólida: — Não houve um único embarque cancelado por causa do coronavírus.

Já em Washington, o conselheiro econômico do governo Trump, Larry Kudlow, ao ser indagado sobre uma possível escassez de peças, respondeu: — Os fabricantes de chips não serão afetados tanto assim. Os produtos

farmacêuticos provavelmente serão mais impactados. Alguns setores ficam no meio termo. Por exemplo, automóveis e autopeças.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2020

Seção: Economia

Autor: Silvia Amorim, Bruno Rosa e Ramona Ordoñez

Título: Crítica de Bolsonaro a ICMS é 'gota d'água' para governadores

Acusação do presidente de que estados represam redução de preços de combustíveis se soma a outras insatisfações dos 23 que assinaram carta

SÃO PAULO E RIO- Além de uma resposta ao presidente Jair Bolsonaro, a carta divulgada anteontem por governadores sobre a cobrança de ICMS dos combustíveis nos estados foi um recado ao Planalto de que as relações entre governos estaduais e federal estão se desgastando. A atitude de Bolsonaro de culpar os governadores pelos altos preços dos combustíveis foi considerada pelo grupo a gota d'água em meio a outras insatisfações acumuladas em 14 meses de gestão.

No domingo, Bolsonaro escreveu em uma rede social que encaminhará ao Congresso um projeto para que o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de combustíveis, recolhido pelos estados, tenha um valor fixo por litro. Ao divulgar a proposta, o presidente responsabilizou os chefes dos executivos estaduais pelo fato de os preços não baixarem nas bombas, apesar da redução dos preços nas refinarias da Petrobras em janeiro.

INSATISFAÇÃO CRESCENTE

Somados a esse episódio, ao menos outros três são mencionados por governadores em conversas reservadas ao desfiar queixas sobre Bolsonaro. O mais recente foi o reajuste de quase 13% do piso salarial dos professores no mês passado — o maior registrado em termos reais desde 2012, o que sobrecarregará ainda mais os cofres estaduais, a maioria deles em crise.

O esvaziamento da reforma da Previdência, empurrando para estados a responsabilidade de fazer seus próprios projetos, é outro foco de reclamação. De forma mais pontual, a demora no combate aos incêndios

na Amazônia alterou os ânimos de governadores daquela região com o presidente.

Helder Barbalho (MDB), do Pará, foi o primeiro no domingo a pedir aos colegas uma reação rápida à declaração de Bolsonaro. Eles começaram a trocar mensagens em um grupo que mantêm no WhatsApp sob um clima de indignação, principalmente pela forma como o presidente tratou o assunto. Alguns viram nessa atitude a intenção de constrangê-los e desgastá-los diante da população.

Uma carta aberta foi divulgada por 23 deles na segunda-feira, argumentando que o debate sobre medidas para reduzir o preço dos combustíveis “deve ser feito nos fóruns institucionais adequados e com os estudos técnicos apropriados”. Uma primeira versão do texto foi elaborada pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB). O texto foi alterado até chegar a uma redação de consenso, tendo o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), como responsável pela versão final.

— Causou um grande desconforto, afinal não é justo colocar a culpa nos governadores. Se o governo federal quer, de fato, fazer uma redução de combustível, ele pode fazer porque tem controle dos preços nas refinarias, tem participação na Petrobras e tem impostos federais no combustível que não deveriam ali estar — disse Leite ao GLOBO.

O tema foi incluído na pauta do Fórum de Governadores, que terá uma nova reunião na semana que vem. Os governadores argumentam que o ICMS sobre os combustíveis responde por 20% do total da arrecadação do imposto nos estados, sendo a principal fonte de receita em muitos deles. Além disso, 25% do ICMS são repassados aos municípios.

REAJUSTES DIFERENTES

O governador de Minas Gerais, Romeu Zema(Novo), um dos últimos a aderir ao manifesto, lembra que a situação fiscal dos estados é muito delicada e não contempla redução de impostos sem alternativas: — Sempre fui favorável à redução de imposto e continuo sendo, mas a condição de muitos estados, incluindo o meu, é dramática. Não dá para fazer isso assim.

Embora gasolina e diesel tenham registrado queda em seus preços nas refinarias ao longo do mês de janeiro, o valor nas bombas só começou a cair de forma tímida na última semana do mês. A gasolina saiu da Petrobras com redução média de 7,32% no mês passado. No posto, só recuou 0,3%, para

R\$ 4,580 por litro, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP). O diesel caiu 9,76% em janeiro nas refinarias, mas na bomba só recuou 0,57%, para R\$ 3,778.

Dados do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) mostram que, no ano passado, também não houve repasse integral de reajustes dos combustíveis nas refinarias provocados pelo câmbio e pelas variações da cotação internacional do petróleo. A gasolina subiu 26,4% nas refinarias em 2019, mas só teve alta média de 7,28% nos postos. No caso do diesel, enquanto a alta na refinaria a foi de 17,1%, na bomba ficou em 10,2%. Os governadores sugerem que a União abra mão da receitas de impostos federais que incidem sobre o consumo de combustíveis. Na gasolina, os tributos federais Cide, PIS/Pasep e Cofins representam 15% do preço final. O ICMS responde por quase 29%, em média. No caso do diesel, os impostos federais somam 9%. O ICMS, 15%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/02/2020

Seção: Economia

Autor: Pedro Capeti

Título: Retração da indústria

Com Brumadinho e crise argentina, setor cai 1,1%, a maior queda desde 2016

Depois de ensaiar uma recuperação por dois anos consecutivos, a indústria brasileira fechou 2019 com uma queda de 1,1%, segundo o IBGE. Trata-se do pior resultado desde 2016, quando o setor teve retração de 6,4%. O resultado reflete o impacto da lenta recuperação econômica do país e da crise na Argentina, além do efeito da queda da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), que matou mais de 250 pessoas. A indústria extrativa-mineral desabou 9,7%, o maior recuo desde o início da série histórica, em 2003.

A crise da Argentina teve impacto direto nas exportações, principalmente de automóveis. Com isso, a indústria de transformação fechou o ano com alta de 0,2%, a menor desde 2016, quando a atividade havia recuado 6% em meio à recessão. Na avaliação de especialistas, o desempenho da indústria como um todo ficou abaixo das expectativas, mesmo considerando a ocorrência de fatores não planejados. Das 24 atividades

pesquisadas pelo IBGE, 16 tiveram queda no ano, indicando que a retração foi disseminada.

— Para além do efeito negativo do setor extrativo, por causa de Brumadinho, há uma combinação de perdas importantes em diversos outros segmentos, principalmente os identificados com bens intermediários (que servem de in-sumo a outras indústrias) — diz André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

Desde o quarto trimestre de 2018, a indústria não sai do vermelho. No ano passado, o país voltou ao ritmo de produção de janeiro de 2009.

Ainda assim, para Renata de Mello Franco, economista do Ibre/FGV, os números indicam que há um processo de retomada lenta da indústria brasileira, mas que requer o avanço de reformas para ganhar fôlego. Um dos sinais de alerta é o desempenho dos bens de capital, como máquinas e equipamentos, que fecharam o ano com queda de 0,4%. Em dezembro, a retração chegou a 5,9% na comparação com igual mês de 2018.

— Isso evidencia que estamos num processo de retomada lenta e gradual. O investimento ainda está reprimido e não observamos em 2019 uma melhora de bens de capital, o que é preocupante para 2020. Mostra que está difícil a indústria se recuperar sem estímulos, como uma reforma tributária — avalia.

O resultado de 2019 só não foi pior em razão da liberação de mais de R\$ 40 bilhões em recursos do FGTS. Isso impulsionou a compra de bens de linha branca, como geladeiras. Com a injeção de recursos, os bens de consumo duráveis (móveis e eletrodomésticos) fecharam com alta de 2%, e os não duráveis, como alimentos, com avanço de 0,9%.

— O FGTS foi um evento importante para uma melhora da indústria no segundo semestre. É bem provável que tivéssemos uma queda maior no ano(sem ele) — ressalta Ricardo Jacomassi, economista e sócio da TCP Partners.

O encolhimento da indústria no ano passado foi acompanhado de queda no faturamento. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), houve recuo de 0,8% em tudo que o setor conseguiu faturar. Houve retração em horas trabalhadas, emprego, massa salarial real e rendimento médio. Essa combinação de sinais negativos tem impacto na economia, pois a indústria tradicionalmente oferece melhores salários.

CENÁRIO EXTERNO INCERTO

A utilização da capacidade instalada, ou seja, o nível de uso do parque fabril, ficou em 77,7% em dezembro, indicando possível limitação de novos investimentos no futuro.

— A indústria enfrenta dificuldades para manter um ritmo mais forte e sem interrupções de retomada da atividade — destaca Marcelo Azevedo, economista da CNI.

Para este ano, porém, a avaliação dos economistas é que há possibilidade de melhora. Isso porque, com a retração de 0,7% do setor em dezembro, na comparação com novembro, a queda da indústria no último trimestre foi menor que a esperada pelo mercado.

— É provável que a indústria feche o ano com alta de 2,9%, mas será uma recuperação mais pelo mercado doméstico do que pelo cenário externo, em um ano sem recursos do FGTS e com redução do desemprego — diz Jacomassi.

No entanto, para Renata, é preciso que o cenário externo fique mais favorável: — O consumo interno é suficiente para a indústria andar de lado, mas, para crescer mais, precisamos do mercado externo. E ainda há o coronavírus, não sabemos o impacto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/02/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: BNDES vende R\$ 23 bi em ações

Terminou ontem o prazo para reservar as ações da Petrobras que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou, em janeiro, que colocará à venda. Hoje, a instituição vai definir o preço da ação para, na próxima sexta-feira, despejá-las no mercado. O BNDES informou que vai ofertar 734,2 milhões de ações ordinárias (ON) da petroleira (PETR3). O plano é vender até 20% do total para pessoas físicas e o restante para investidores institucionais, como fundos de pensão.

Quando o banco anunciou a oferta global dos papéis, as ON da estatal valiam R\$ 31,98 e a expectativa era movimentar R\$ 23,5 bilhões. Com o desconto de comissões e despesas a cargo do acionista vendedor, a previsão ficou em R\$ 23,4 bilhões. As ações da petroleira são os papéis mais negociados na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Correspondem a 10,5% do Ibovespa, principal índice de lucratividade da B3, sendo 4,1% de ações ordinárias e 6,4% de preferenciais. O valor mínimo para o investidor pessoa física entrar no negócio é de R\$ 3 mil e o máximo, de R\$ 1 milhão.

Segundo os analistas de mercado, nos últimos 12 meses, a PETR3 acumulou alta de 2,71%, menos do que o Ibovespa, que ganhou 16,81% no período. O valor de mercado da Petrobras oscila conforme a cotação do barril de petróleo no mercado internacional, uma vez que a companhia é produtora e exportadora da commodity. Com a epidemia de coronavírus, o barril despencou 15% no mês passado e as ON da petroleira fecharam janeiro valendo R\$ 30,25. Nos primeiros dias de fevereiro, a cotação ensaiou uma subida após os maiores produtores do mundo sinalizarem redução na produção. Ontem, os papéis ON da Petrobras subiram 2,46%, cotados em R\$ 30,75.

Conforme Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, a venda das ações pode pressionar o valor para baixo. “Preço e taxa de rateio serão definidos amanhã (hoje). Já houve um movimento para baixo quando o anúncio da oferta foi feito (em 21 de janeiro)”, explicou. Mesmo o preço base sendo R\$ 31,98, nada impede de ficar mais alto, embora seja de praxe ter desconto. “A procura por renda variável está aumentando e isso tende a se refletir nos mecanismos de oferta e demanda, sejam primárias ou secundárias, como nesse caso do BNDES”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 05/02/2020****Seção: Economia****Autor:****Título: Tarifa extra na conta de luz soma R\$ 35 bi**

Desde que foi instituído o mecanismo de bandeira tarifária na fatura de energia elétrica, em 2015, os consumidores brasileiros pagaram R\$ 35,4 bilhões de acréscimo nas contas de luz. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), órgão responsável por definir qual bandeira vigora em cada mês, a conta está superavitária em R\$ 736,9 milhões. “Esse valor será utilizado para reduzir as tarifas em 2020”, informou ontem.

Em 2015, a receita faturada foi R\$ 14,9 bilhões. No ano seguinte, foram R\$ 3,5 bilhões. Em 2017, os consumidores brasileiros pagaram R\$ 6,1 bilhões em custos extras por conta das bandeiras tarifárias. Em 2018, foram R\$ 6,8 bilhões e, no ano passado, R\$ 4,2 bilhões.

O sistema de bandeiras entrou em vigor em 2015, por conta do alto custo da energia naquele ano, em que houve uma seca severa e os reservatórios de água ficaram com níveis muito baixos. Naquele ano, houve 12 meses de bandeira vermelha, por isso o valor foi muito superior aos demais. A medida buscou equalizar as contas das distribuidoras, que, antes do mecanismo, suportavam o aumento do custo de energia, que só eram corrigidos uma vez por ano, durante a revisão tarifária das concessionárias.

Como o custo da energia ficou muito alto, porque, em plena estiagem, o mix de geração teve que ser composto de mais termelétricas, as distribuidoras acabaram muito endividadas. A saída encontrada pelo órgão regulador foi antecipar a correção do custo de energia por meio das bandeiras tarifárias.

Com três cores, as bandeiras sinalizam quando a geração da energia é mais cara. Assim, na bandeira verde, como a que vigora em fevereiro, não há custo extra porque a previsão de chuvas garante que não haverá risco hidrológico.

A bandeira amarela mostra que as térmicas mais baratas tiveram que ser acionadas, com adicional de R\$ 1,343 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Conforme aumenta a necessidade de acionamento de mais termelétricas (o valor varia conforme o combustível, sendo as mais caras as que queimam óleo diesel), muda a bandeira.

A sinalização vermelha tem dois patamares. No primeiro, o custo adicional é de R\$ 4,169 para cada 100 kWh consumidos. No patamar 2, o acréscimo é de R\$ 6,243 para cada 100kWh consumidos.

MME / ASCOM